

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.231.279 - SP (2018/0005548-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ERICAPLAST EMBALAGENS LTDA - ME
ADVOGADOS : RICARDO DI PACE E OUTRO(S) - SP163084
MARCIA GOMES GODINHO DI PACE - SP213753
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : NEY JOSE CAMPOS E OUTRO(S) - MG044243

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por ERICAPLAST EMBALAGENS LTDA. – ME – contra decisão que inadmitiu o recurso especial porque não demonstrada a violação aos dispositivos legais, além da ausência de comprovação do dissídio (e-STJ fls. 485/486).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 412):

AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. INCONFORMISMO DO BANCO REU. ALEGADA A INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. INCUMBINDO-LHE INSTRUIR CORRETAMENTE OS AUTOS, DEVE A PARTE UTILIZAR-SE DE VIA ADMINISTRATIVA OU DE AÇÃO CAUTELAR PRÓPRIA PARA OBTER DOCUMENTO RELEVANTE À DEMANDA, EM CUJA INICIAL DEVE INDICAR AS CLÁUSULAS SUSCETÍVEIS DE REVISÃO OU DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE . EXTINÇÃO DECRETADA POR CARÊNCIA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 447/448).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 454/466), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alegou ofensa aos arts. 283 do CPC/1973 e 320, 396 a 404 e 507 do CPC/2015, por entender que, apesar de não juntado o contrato com a inicial, houve pedido incidental de exibição de documento a ser cumprido pela instituição financeira, que foi acolhido, mas não juntado por desídia do banco. Defendeu a preclusão para análise da inépcia da inicial.

No agravo (e-STJ fls. 489/498), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não houve contraminuta (e-STJ fl. 499).

É o relatório.

Decido.

As questões relativas à existência de pedido incidental de exibição de documento e preclusão do tema da inépcia da inicial não foram prequestionadas. A ausência de debate prévio da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso, diante da incidência da Súmula n. 211 do STJ, fundamento cabível para as alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator